



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

TERMO DE REFERÊNCIA

REFERENTE AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, e-Doc [4F20E517-e](#)
REFERENTE AO DFD N° 07/2025/GAD - e-Doc [4A390A4F-e](#)
PROCESSO ELETRÔNICO N° [00600-00040481/2025-84-e](#)

1 - IDENTIFICAÇÃO

Unidade Orçamentária: Câmara Municipal de Porto Velho

Área requisitante: Diretoria Administrativa e Financeira

Referente ao Estudo Técnico Preliminar:

Processo Eletrônico n°

Sinopse: Contratação de empresa para fornecimento de materiais destinados à revitalização da fachada da Câmara Municipal de Porto Velho.

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa para o **fornecimento de materiais** destinados à manutenção e revitalização da fachada da Câmara Municipal de Porto Velho, compreendendo itens necessários para pintura externa, melhorias na iluminação, pequenos reparos estruturais, restabelecimento do funcionamento da cascata decorativa e ampliação do balcão da recepção para adequação do setor de protocolo. A contratação visa garantir a conservação do patrimônio público, a valorização da imagem institucional e a melhoria das condições de atendimento à população.

3 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa para o fornecimento de materiais destinados à manutenção e revitalização da fachada da Câmara Municipal de Porto Velho mostra-se necessária e vantajosa conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Diretoria Administrativa e Financeira.

O estudo evidencia que a edificação apresenta desgaste decorrente da ação do tempo, incluindo deterioração da pintura, falhas na iluminação externa, inoperância da cascata decorativa e necessidade de pequenos reparos estruturais, além de insuficiência do balcão de recepção para atender adequadamente o setor de protocolo. Esses fatores comprometem a segurança, a funcionalidade e a imagem institucional da Casa Legislativa, justificando a adoção de medidas corretivas imediatas.

O documento também demonstra que a solução definida – composta pelo

fornecimento de materiais de pintura, iluminação, hidráulica, alvenaria e acabamento – é tecnicamente adequada, pois atende às necessidades identificadas e permite que a execução seja realizada por servidores da Câmara e pelo agente de manutenção da empresa já contratada, promovendo economia de recursos e maior controle sobre a execução dos serviços. Tal característica reforça a vantajosidade da contratação, uma vez que evita gastos com mão de obra terceirizada e assegura agilidade operacional.




A fundamentação técnica apresentada no Estudo registra ainda que a revitalização garantirá maior durabilidade às estruturas externas, proteção contra intempéries, melhoria da qualidade da iluminação e recuperação de equipamentos ornamentais, elevando o padrão estético e funcional da fachada da Câmara. Também destaca que a adequação do balcão do protocolo ampliará a capacidade de atendimento ao público, melhorando o fluxo interno e o conforto dos cidadãos que utilizam os serviços da Casa.





A solução escolhida observa as normas aplicáveis, incluindo a legislação municipal referente à padronização das cores dos prédios públicos, e cumpre os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021. Além disso, a estimativa de custos foi devidamente balizada com base em pesquisa de preços realizada junto a estabelecimentos locais, assegurando compatibilidade com os valores praticados no mercado.





Diante das evidências apresentadas no Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é necessária para garantir a preservação do patrimônio público, a adequada prestação dos serviços legislativos e administrativos e a melhoria do atendimento à população, sendo a solução proposta tecnicamente segura, economicamente viável e alinhada ao interesse público.

4 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Unid.	Qtd.
1	Tinta acrílica para piso, de alta resistência ao tráfego leve, acabamento fosco, cor azul (mesmo azul da bandeira do município de Porto Velho), embalagem com 18L. Validade mínima de 12 meses, produto novo e de primeira linha.	Lata	08
2	Tinta acrílica para piso, de alta resistência ao tráfego leve, acabamento fosco, cor amarelo ouro, embalagem com 18L. Validade mínima de 12 meses, produto novo e de primeira linha.	Lata	02
3	Argamassa colante tipo ACIII, indicada para áreas internas e externas, resistente à umidade e variações térmicas, embalagem de 20kg. Validade	Pct	02

	mínima de 12 meses, produto novo e de primeira linha.		
4	Pincel com cerdas sintéticas, largura de 2", largura das cerdas com aproximadamente 63 mm, cabo ergonômico em madeira ou plástico com aproximadamente 23 cm, próprio para aplicação de tintas acrílicas e PVA em superfícies médias. Validade mínima de 12 meses, produto novo e de primeira linha.	Und	03
5	Fita adesiva tipo crepe, cor amarela, largura de 50 mm e comprimento mínimo de 40 m, fabricada em papel crepado com adesivo à base de borracha natural ou sintética. Indicada para isolamento e acabamento em pinturas, aderindo bem a superfícies lisas e removendo-se sem deixar resíduos. Validade mínima de 12 meses, produto novo e de primeira linha.	Und	06
6	Lixa grão 80 para preparação de superfície, adequada para madeira, metal ou alvenaria. Validade mínima de 06 meses, produto novo e de primeira linha.	Und	10
7	Suporte metálico para fixação de refletor, com pintura anticorrosiva e resistência a intempéries. 	Und	08
8	Conjunto de parafuso nº 10 com bucha, para fixação do suporte do refletor em alvenaria, produto novo e de primeira linha.	Cj	40
9	Refletor LED para uso externo, corpo em alumínio ou material anticorrosivo, potência mínima de 50W, bivolt, cor branca fria, dimensões aproximadas 15x15 cm. Validade mínima de 24 meses, produto novo e de primeira linha. 	Und	08
10	Cabo elétrico flexível de 4 mm², isolamento 750 V, rolo com 100 m, conforme NBR 7288. Validade mínima de 12 meses, produto novo e de primeira linha.	Peça	01
11	Fita isolante elétrica, largura mínima 18 mm, comprimento 5 m, classe de tensão 750 V. Validade mínima de 12 meses, produto novo e de primeira linha.	Rolo	04
12	Piso intertravado (bloquete) de concreto sextavado, cor natural, dimensões aproximadas 20x20x8 cm. 	Und	50
13	Areia fina lavada, limpa e isenta de impurezas, apropriada para assentamento e reboco.	Lata	08
14	Cimento Portland CP-II ou equivalente, saco com 50 kg, conforme NBR 11578.	Saco	01

15	Placa de gesso acartonado (drywall), dimensões 1,20 m × 2,44 m, espessura 12,5 mm, tipo standard.		Und	05
16	Montante metálico galvanizado para drywall, 48 mm × 3 m.		Und	15
17	Guia metálica galvanizada para drywall, 48 mm × 3 m.		Und	09
18	Parafuso ponta agulha cabeça chata 25 mm, para fixação de perfis e chapas de gesso.		Cx	01
19	Fita telada para junta de drywall, largura mínima 48 mm, rolo 45 m.		Rolo	01
20	Parafuso de aço com bucha plástica, diâmetro 6 mm, comprimento 30 mm.		Und	200
21	Gesso em pó para moldagem e acabamento interno, saco 40 kg.		Saco	01
22	Massa pronta para aplicação sobre gesso, embalagem de 3,6 kg, cor branca.		Lata	01
23	Massa acrílica para acabamento interno e externo, embalagem 18 L. Validade mínima de 12 meses, produto novo e de primeira linha.		Lata	01
24	Spray primer (fundo preparador), embalagem 400 ml, para metais e superfícies lisas.		Und	03
25	Cabo elétrico flexível de 2,5 mm ² , rolo com 100 m, conforme NBR 5410. Validade mínima de 12 meses, produto novo e de primeira linha.		Rolo	01
26	Conduíte corrugado de PVC rígido, diâmetro 20 mm, rolo com 5 m.		Rolo	01
27	Caixa de embutir para instalação elétrica em gesso, compatível com conduíte de 20 mm.		Und	03
28	Tomada dupla 2P+T, 20 A, 250 V, padrão ABNT, com placa e suporte.		Und	03
29	Fonte chaveada tipo colmeia, bivolt, 6 ^a , para alimentação de fita de LED. Validade mínima de 12 meses, produto novo e de primeira linha.		Und	05
30	Fita de LED branco frio, 12 V, IP65, comprimento total 70 m, alto brilho. Validade mínima de 12 meses, produto novo e de primeira linha.		Mt	70
31	Silicone transparente de uso geral, bisnaga 280 g, resistente à umidade e variações térmicas.		Und	15
32	Tinta spray cromada de alta temperatura, embalagem		Und	15

	mínima 300 ml.		
33	Bomba elétrica centrífuga de 1/2 CV, potência mínima 110 W, monofásica, para circulação de água em cascata decorativa. Validade mínima de 12 meses, produto novo e de primeira linha.	Und	01
34	Válvula de Retenção para Poço de 25mm em PVC, para ser utilizado no sistema de bombeamento da cascata. 	Und	01
35	Joelho de PVC, diâmetro 25 mm.	Und	08
36	Luva de PVC (LR) com rosca externa, diâmetro 25 mm.	Und	04
37	Cola plástica para PVC rígido, pote 175 g.	Pote	01
38	Selante de poliuretano (PU) branco, alta aderência, tubo de no mínimo 400 g.	Tubo	05
39	Relé fotocélula para comando automático de iluminação externa, bivolt, sensibilidade ajustável. Validade mínima de 12 meses, produto novo e de primeira linha. 	Und	01
40	Luminária subaquática (luz para piscina), LED azul, corpo em ABS, IP68, tensão 12 V. Validade mínima de 12 meses, produto novo e de primeira linha. 	Und	08
41	Fonte drive para lâmpada de piscina (subaquática) de 12v, bivolt. Validade mínima de 12 meses, produto novo e de primeira linha. 	Und	01

5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução a ser contratada consiste no fornecimento de materiais necessários para a manutenção e revitalização da fachada da Câmara Municipal de Porto Velho, abrangendo itens destinados à pintura externa, melhorias na iluminação, execução de pequenos reparos estruturais, restabelecimento do funcionamento da cascata decorativa e ampliação do balcão da recepção para adequação do setor de protocolo. A contratação visa assegurar a preservação do patrimônio público, fortalecer a imagem institucional da Casa Legislativa e proporcionar melhores condições de atendimento à população. A solução contempla todas as etapas do ciclo de vida dos materiais, abrangendo:

5.1. Aquisição inicial

- Fornecedor de todos os insumos especificados no Documento de Formalização da Demanda (DFD), incluindo tintas para

piso, materiais elétricos, hidráulicos, estruturais e de acabamento, conforme os quantitativos estimados pela equipe técnica.

- Entrega dos materiais novos, íntegros, em embalagens originais, dentro do prazo contratual e acompanhados de nota fiscal, ficha técnica e orientações de uso.
- Atendimento às normas técnicas aplicáveis, especialmente as da ABNT relacionadas a tintas, instalações elétricas, materiais hidráulicos e componentes construtivos.

5.2. Instalação e aplicação dos materiais

- A instalação e utilização dos materiais serão executadas pela equipe de manutenção da Câmara Municipal, com apoio do agente de manutenção da empresa contratada para serviços gerais, o que permite maior controle da aplicação, redução de custos e compatibilidade com as necessidades reais da edificação.
- Os materiais fornecidos devem ser compatíveis entre si, a fim de evitar retrabalho, desperdício ou incompatibilidades técnicas durante a execução dos serviços.

5.3. Manutenção

- Os materiais devem possuir características que assegurem durabilidade, resistência às intempéries e baixo custo de conservação, contribuindo para a redução da necessidade de manutenções corretivas futuras.
- A manutenção preventiva deve seguir as recomendações dos fabricantes, especialmente para luminárias, equipamentos elétricos e bomba hidráulica da cascata decorativa.

5.4. Garantias e assistência técnica

- Todos os itens fornecidos devem apresentar garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, podendo este prazo ser superior quando previsto pelo fabricante.
- Equipamentos elétricos, como refletores, relé fotocélula e bomba submersível, devem contar com garantia mínima de 24 meses, conforme prática de mercado e normas de segurança.
- Os materiais devem ser entregues com manual do fabricante e instruções de instalação, possibilitando a correta aplicação e manutenção pela equipe interna.
- Itens que apresentarem defeito no período de garantia

deverão ser substituídos ou reparados sem ônus adicional à Administração.

5.5. Descarte e sustentabilidade

- Embalagens, resíduos de obra, restos de materiais e produtos químicos devem ser descartados de acordo com as normas ambientais e com o Plano de Gerenciamento de Resíduos da própria Câmara.
- Bombas, refletores e outros equipamentos elétricos devem ter descarte orientado para pontos de coleta específicos de resíduos eletrônicos, quando necessário.

A solução proposta atende integralmente às necessidades identificadas, assegura coerência técnica, viabilidade operacional e respeito ao ciclo de vida dos materiais, conforme o modelo de Termo de Referência adotado pela Câmara Municipal de Porto Velho.

6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos obrigatórios para o fornecimento de materiais destinados à manutenção e revitalização da fachada da Câmara Municipal de Porto Velho seguem os padrões mínimos necessários de qualidade, desempenho, sustentabilidade e acessibilidade, conforme especificações contidas neste de Termo de Referência. Todos os requisitos abaixo são objetivos, verificáveis e devem ser comprovados no ato do recebimento dos materiais.

6.1. Qualidade e conformidade técnica

- Todos os materiais devem ser novos, sem uso prévio, em perfeitas condições de conservação e em embalagens originais do fabricante.
- Os materiais de pintura devem atender à ABNT NBR 15079 (tintas para edificações) ou normas equivalentes.
- Materiais elétricos devem possuir certificação do Inmetro e atender às normas ABNT NBR 5410 (instalações elétricas de baixa tensão) e ABNT IEC 60598 (luminárias).
- Materiais hidráulicos devem atender à ABNT NBR 5626 (instalações prediais de água fria) e normas correlatas.
- Materiais de gesso acartonado (drywall) devem cumprir a ABNT NBR 14715 e NBR 15217.
- Cimento, argamassa e derivados devem atender às normas ABNT aplicáveis (como NBR 16697 e NBR 13281).

6.2. Desempenho mínimo exigido

- Tinta para piso deve possuir alta resistência a intempéries, abrasão e raios solares.
- Refletores e fita LED devem possuir índice mínimo de proteção IP65 e vida útil mínima declarada de 25.000 horas.
- Bomba hidráulica para a cascata deve ter potência mínima de 1/2 CV, compatibilidade com instalação existente e certificação de segurança elétrica.
- Materiais estruturais (bloquetes, montantes, guias, parafusos) devem apresentar resistência adequada ao uso externo ou de acordo com sua finalidade.

6.3. Sustentabilidade e responsabilidade ambiental

- As tintas fornecidas devem ser à base de água ou possuir baixo teor de compostos orgânicos voláteis (COV), quando aplicável.
- Embalagens e resíduos gerados pela instalação deverão ser recolhidos e destinados para descarte ambientalmente correto, conforme diretrizes municipais de gestão de resíduos.
- Materiais elétricos com componentes recicláveis (como luminárias LED) devem ser acompanhados de orientações de descarte adequado.

6.4. Acessibilidade e segurança

- Os materiais fornecidos para a ampliação do balcão do protocolo devem permitir conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), especialmente no tocante à altura de atendimento e circulação.
- Materiais de iluminação devem garantir luminosidade adequada para circulação segura no acesso principal e na identificação do prédio.
- Todos os materiais devem ser compatíveis com práticas de segurança no trabalho, conforme as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho.

6.5. Garantia e assistência técnica

- Todos os produtos devem apresentar garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.
- Materiais elétricos, incluindo refletores, relé fotocélula e bomba submersível, devem possuir garantia mínima de 24 meses.

- Fichas técnicas, manuais de instalação e certificados de garantia devem acompanhar cada item fornecido.
- Em caso de defeito no período de garantia, o fornecedor deverá realizar a substituição imediata, sem ônus para a Administração.

6.6. Condições logísticas e de entrega

- Os materiais deverão ser entregues no endereço da Câmara Municipal de Porto Velho, no prazo máximo de 15 dias consecutivos após o recebimento da Nota de empenho.
- Os itens devem ser entregues de forma organizada, com identificação clara de quantidade, lote e validade.
- Produtos químicos (tintas, sprays, selantes, massas) devem apresentar validade mínima residual de seis meses no momento da entrega.

Os requisitos acima deverão ser integralmente atendidos para o aceite dos materiais pela fiscalização da Câmara Municipal, garantindo que a contratação cumpra sua finalidade pública com qualidade, eficiência e regularidade.

7 - EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 - DA ENTREGA:

7.1.1 - Os objetos deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Belém nº 139; Bairro: Embratel, na cidade de Porto Velho - RO, no horário das 08h00 às 13h30 minutos, mediante agendamento.

7.2.1 - O prazo para entrega dos materiais é de até 10 (dias) dias corridos, a partir do recebimento da nota de empenho.

7.2.2 - Considerando que os objetos solicitados são de entrega imediata, devendo ser entregues em uma única parcela, deverá se considerar para fins de vigência contratual a Nota de Empenho, conforme estabelecido no artigo 95 da Lei 14.133/2021.

7.3 - DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

7.3.1 - O objeto deste Termo será recebido por comissão portariada para este fim, em conformidade com o que rege Art. 140, inciso II, letras "a" e "b", da Lei 14.133/21.

7.3.2 - A CONTRATADA deverá entregar os materiais de acordo com o prazo estipulado neste Termo de Referência e o recebimento do material será:

7.3.2.1 - Provisório: no ato da entrega, para posterior verificação em conformidade com os produtos acerca das especificações em até 05

(cinco) dias;

7.3.2.2 - Definitivo: após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação em até 5 (cinco) dias.

7.3.3 - Constatado que o objeto recebido não está em conformidade com este Termo de Referência/homologado, a comissão de recebimento comunicará a Contratada expondo as razões da recusa e notificando a, a efetuar o fornecimento do objeto homologado no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, sem qualquer ônus a Contratante;

7.3.4 - Decorrido o prazo estipulado da notificação, sem a devida substituição do recusado, em ato contínuo será dado ciência ao gestor da pasta, visando, sobre tudo a instauração de Processo Administrativo para a aplicação das sanções e penalidades face à adjudicatária, nos termos do Termo de Referência, subsidiariamente à Lei 14.133/21.

8 - DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - O recurso para cobrir as despesas decorrentes da aquisição do objeto, correrá por conta do orçamento da CMPV, para o exercício de 2025, conforme emissão da previsão de Reserva de Saldo Orçamentário que deverá, posteriormente, ser juntado aos autos, para inclusão no Instrumento administrativo legal.

8.2 - As despesas para o exercício subsequente (ou subseqüentes, havendo a prorrogação do contrato) estarão submetidas a dotação orçamentária própria prevista para atendimento à presente finalidade, por conta dos recursos consignados à CMPV pela Lei Orçamentária Anual LOA.

Projetos Atividade: Administração da Unidade - 01.01.01.122.010.2.001
Elemento de Despesa: Material de Consumo - 3.3.90.30.

9 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de valor para a contratação de empresa destinada ao fornecimento de materiais para manutenção e revitalização da fachada da Câmara Municipal de Porto Velho foi elaborada com base em preços unitários referenciais obtidos junto ao mercado local, memórias de cálculo e documentos de suporte anexos. Os valores utilizados resultam de levantamento de preços realizado em loja especializada do ramo de materiais de construção situadas em Porto Velho, mediante verificação do preço praticado para cada um dos itens constantes da lista de materiais. Essa metodologia assegura que os preços considerados reflitam o comportamento real do mercado regional, contribuindo para transparência, economicidade e adequação da estimativa ao contexto local.

Além disso, registra-se que, nesta fase inicial do processo, foi possível obter apenas um levantamento de preços, realizado por meio de consulta direta a fornecedor local. Ainda que a Lei 14.133/2021 não estabeleça quantidade mínima de cotações para a estimativa preliminar,

a Administração adotou fonte idônea e compatível com os preços praticados na região, assegurando coerência e razoabilidade na formação do valor estimado. Ressalta-se que essa limitação não compromete a regularidade do procedimento, uma vez que o processo seguirá para fase competitiva, na qual serão recebidas propostas de, no mínimo, três fornecedores, conforme previsto na legislação vigente e nos princípios da competitividade, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa. Assim, a estimativa ora apresentada possui caráter preliminar, servindo como referência para a abertura do procedimento, enquanto a etapa de apresentação de propostas garantirá a obtenção de valores mais precisos e vantajosos para a Administração.

Os parâmetros adotados para composição desta estimativa foram:

1. Consulta de preços a fornecedor local, refletindo os custos praticados no mercado de Porto Velho e evitando distorções decorrentes de frete ou variações regionais;
2. Utilização dos preços unitários mais recentes obtidos em novembro de 2025, conforme documento apresentado no Anexo I do Estudo Técnico Preliminar;
3. Consideração das quantidades definidas a partir da memória de cálculo, incluindo as 10 latas de 18 litros de tinta para piso destinadas à cobertura da fachada e muros, além dos demais materiais de pintura, iluminação, reparos estruturais, itens elétricos, hidráulicos e componentes necessários para restabelecimento da cascata e ampliação do balcão da recepção;
4. Inclusão dos custos estimados para todos os 41 itens da lista, contemplando cargas de tintas, ferramentas, lixas, materiais elétricos, materiais de alvenaria, peças hidráulicas, gesso, iluminação e equipamentos;
5. Utilização do documento Cotação FTE - Câmara como referência formal, contendo detalhamento dos preços unitários e totais, devidamente datado e identificado pelo fornecedor consultado.

Com base nesses parâmetros, o valor total estimado para a contratação é de R\$ 18.796,48 (dezoito mil, setecentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos), correspondente à soma dos preços unitários multiplicados pelos quantitativos previstos. Esse valor serve como base técnica para definição do valor estimado no procedimento de contratação, em conformidade com as exigências da Lei 14.133/2021.

A estimativa de valor está alinhada às necessidades registradas no Documento de Formalização de Demanda e às especificações técnicas do

objeto, assegurando que a Câmara disponha de materiais adequados, duráveis e de acordo com as normas da ABNT, garantindo a revitalização da fachada, a melhoria da iluminação, os reparos estruturais necessários, o funcionamento da cascata decorativa e a adequação do balcão do protocolo.

Os documentos de suporte que fundamentam esta estimativa encontram-se anexos, incluindo o levantamento de mercado, a memória de cálculo das quantidades, o registro fotográfico e as referências técnicas dos materiais. Assim, a estimativa apresentada atende aos princípios da economicidade, transparência e planejamento, fornecendo base segura para a continuidade do processo de contratação.

10 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

10.1 - DA CONTRATADA

10.1 - Além daqueles exigidos em Lei, a(s) empresa(s) detentora(s) do certame deverá(ão):

10.1.1 - Entregar objeto da contratação no prazo fixado e em estrita conformidade com as especificações e quantitativos especificados neste Termo de Referência;

10.1.2 - Substituir em até 05 (cinco) dias os materiais que, após a entrega, apresentarem defeitos ou não estiverem de acordo com as especificações deste Termo;

10.1.3- Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade dos materiais, reservado a CONTRATANTE o direito de recusar se os materiais que não estiverem em conformidade com o objeto contratado;

10.1.4- Comunicar por escrito a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 horas, os motivos que, eventualmente, impossibilitem o fornecimento no prazo estipulado;

10.1.5- Manter durante toda a execução do contrato as mesmas condições de habilitação;

10.1.6- Entregar o objeto licitado no preço, forma e prazo estipulados na proposta;

10.1.7- Responsabilizarem-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos em quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto.

10.1.8- Responsabilizar-se pelas providências e obrigações estabelecidas em legislação específica de acidentes trabalho quando em ocorrência de espécie forem vítimas os seus empregados, no desempenho de suas atribuições ou em contato com eles, ainda que a ocorrência tenha sido nas dependências da CONTRATANTE;

10.1.9- Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei.

10.1.10- Prestar à CONTRATANTE qualquer informação sobre o objeto a ser adquirido, sobretudo qualquer dificuldade encontrada na execução dos serviços.

10.2 - DA CONTRATANTE

10.2.1- Promover o acompanhamento e o recebimento do objeto, verificando se está em conformidade com o que foi solicitado nas especificações/quantitativos contidos neste Termo de Referência;

10.2.2- Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que não atenderem as especificações;

10.2.3- Providenciar o pagamento das faturas aprovadas do fornecimento dos materiais, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste termo, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato, salvo justificativa fundamentada e aprovada pelo Ordenador de Despesas;

10.2.4- Efetuar o pagamento/cobrança de multas aplicadas, nos termos deste Termo de Referência, no mês seguinte ao de sua ocorrência e na mesma data de vencimento da fatura mensal, salvo no caso de atraso justificado;

10.2.5- Permitir o livre acesso dos empregados da contratada às dependências do contratante para tratar de assuntos pertinentes ao objeto contratado;

10.2.6- Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com o contrato;

10.2.7- Conferir, receber e atestar, por intermédio dos funcionários previamente indicados, documentos apresentados pela Contratada para a execução do objeto;

10.3.8- Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;

10.3.9- Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

11 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 - O pagamento, decorrente da entrega dos materiais objetos deste Termo de Referência de cada solicitação/requisição, será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do aceite definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 141, combinado com o art. 140 da Lei nº 14.133/21.

11.2 - Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) Contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

11.3 - Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido

e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

11.4 - Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão requerente ao seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

11.5 - Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

11.6 - A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras.

11.7 - Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

11.8 - O órgão requerente efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

11.9 - Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) \times 365 \times EM = I \times N \times VP,$$

onde: I= Índice de atualização financeira;

X = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

11.10 - Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

11.11 - A Contratada não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos materiais, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Ordenador de Despesas.

11.12 - O prazo para pagamento da Nota Fiscal só será contado da data de sua validação, considerando o trâmite administrativo.

11.13 - A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa

que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

11.14 - Diante da conferência, a Nota Fiscal deverá ser atestada pela Comissão designada, conforme disposto no artigo 115 da Lei Federal no 14.133/2021.

11.15 - Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da respectiva ordem bancária.

11.16 - Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal/Fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

11.17 - É condição para o pagamento do valor constante da nota fiscal/fatura, a comprovação de regularidade fiscal com a apresentação ou atualização quando for o caso das seguintes certidões: CRF Certificado de Regularidade Fiscal com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão negativa de débitos junto à Receita Federal relativa a tributos e contribuições federais, certidão negativa de débitos Estadual, certidão negativa de débitos municipais e certidão negativa de débitos trabalhistas.

12 - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

12.1 - Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas deste Termo de referência, serão aplicadas as penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/21:

I - Advertência;

II - Multa, nos seguintes percentuais:

a) No atraso injustificado da entrega do objeto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,5% (cinco décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, limitado a 30% (trinta por cento);

b) Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,55% (cinco décimos por cento) por hora sobre o valor total do empenho, limitado a 30% (trinta por cento);

c) No caso de atraso injustificado para substituição do objeto, 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do produto, incidência limitada a 10 (dez) dias;

d) Na hipótese de atraso injustificado para substituição do objeto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do produto;

e) Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas "a", "b" e "c" quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;

f) Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas alíneas "a" e "b", poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no Inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;

III - Inadimplemento absoluto das obrigações sujeitas a contratado à aplicação das seguintes multas:

a) Pelo descumprimento total, será aplicada multa de 10% sobre o valor contratado;

b) Pelo descumprimento parcial, será aplicada multa de até 5% sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida;

IV - Impedimento de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, de acordo com o § 4º do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo mínimo de 3 (três) ano e máximo de (6) anos, com fulcro no § 5º Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé.

12.2 - A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

12.3 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei.

12.4 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

12.4.1 - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

12.4.2 - Pagamento da multa;

12.4.3 - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

12.4.4 - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

12.4.5 - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

12.5 - A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 155 da Lei 14.133/21, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

12.6 - As multas, aplicadas após o regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ao Contratado.

12.7 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº

14.133, de 2021.

12.8 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13 - DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Quaisquer omissões deverão ser solucionadas com base na legislação vigente, no interesse público e nos princípios que regem a Administração Pública.

13.2 - O fornecedor deverá manter seus dados cadastrais atualizados para garantir comunicação eficiente durante a vigência contratual.

Responsável pela Elaboração:

LAÉLIA SAMPAIO CARRASCOSA

Decreto N° 759/CMPV-2025

Revisado por:

ANDRESSA MARQUES MONTE

Gerente Administrativo

Decreto n° 238/CMPV-2025

De acordo:

RONALDO BORGES BAYLÃO

Diretor Administrativo e Financeiro - DAF

Decreto N° 695/CMPV-2025

AUTORIZO A DESPESA
com base na Lei n.º 14.133/21 e Regimento Interno desta CMPV:

FRANCISCO GEDEÃO BESSA HOLANDA DE NEGREIROS

Vereador Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho - CMPV



Assinado por **Ronaldo Borges Baylão** - Diretor Administrativo/Financeiro - Em: 14/11/2025, 10:01:26



Assinado por **Laélia Sampaio Carrascosa** - Especialista em Educação - Em: 14/11/2025, 09:57:49



Assinado por **Andressa Marques Monte** - Gerente Administrativa - Em: 14/11/2025, 09:56:17